

# Política

CONSTITUINTE

Reforma agrária sim, mas não em terras produtivas. Foi o que decidiram ontem os constituintes, dando à UDR uma vitória muito comemorada. Hoje começa a votação de um novo capítulo, sobre o sistema financeiro (pág. 7). Em São Paulo, um escândalo no governo Quécia (pág. 8).

# Vitória e festa da UDR

A luta pela reforma agrária na Constituinte terminou ontem, com uma ampla e muito comemorada vitória da UDR e do Centrão. O texto final mantém a reforma agrária na futura Constituição, mas as terras produtivas não poderão ser desapropriadas.

No fim da tarde, depois de acordo entre as lideranças, foi votada a proposta do relator Bernardo Cabral, por 528 votos a favor, quatro contra e quatro abstenções. Da tribuna, o senador Fernando Henrique Cardoso criticou o texto em votação: "É tão moderado, tão comedido, que é de fazer inveja aos anteriores, inclusive o Estatuto da Terra. Esperava-se um país moderno e não somos capazes de repetir o texto dos militares".

Na segunda votação, a vitória do Centrão foi consolidada, com a exclusão da frase que permitia a desapropriação de terras produtivas. Foi uma vitória ruidosamente comemorada no plenário e nas galerias, encerrando uma sessão tensa em sua parte final, na qual não faltaram alegações de fraude nas assinaturas de destaque para votação em separado, com um início de briga entre o líder José Lourenço, do PFL, e o deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ).

O grupo liderado pelo senador Mário Covas e pelas esquerdas não conseguiu reunir os 280 votos necessários para manter no texto do relator Bernardo Cabral as expressões destacadas pelo Centrão e que pretendiam permitir a desapropriação nos casos de não cumprimento da função social pelas terras produtivas. Votaram a favor da manutenção do texto 267 constituintes, contra 253, com 11 abstenções.

Quando o painel registrou o resultado, foi a vez do grupo do lado direito do plenário, onde tomam assento o PDS, o PFL e os principais integrantes do Centrão, se levantarem para aplaudir o desfecho. O líder José Lourenço subiu em sua bancada e acenou com um lenço para as galerias, que entoavam o Hino Nacional. No plenário, um deputado chegou a cantar as primeiras estrofas do Hino Nacional.

## Tensão

Os momentos que precederam essa votação foram muito tensos, principalmente quando alguns parlamentares, em sucessivas questões de ordem, alegaram que não haviam assinado o requerimento para a votação em separado da expressão que autorizava a desapropriação. O primeiro a fazer a denúncia foi o deputado José Carlos Valadares, mas o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, lembrou que o requerimento reunia 330 assinaturas, quando bastavam apenas 187. Depois, com novas reclamações, inclusive uma muito incisiva do deputado Aécio Neves, Ulysses prometeu apurar as denúncias, dirigidas principalmente contra a UDR.

Diante dos protestos, a mesa submeteu o plenário a uma decisão prévia: se devia ou não ser votado o requerimento para o chamado DVS (destaque para votação em separado). O destaque, de iniciativa do Centrão, que tem como primeiro subscritor Alysson Paulinelli, decidiria se seria ou não mantida a expressão final do parágrafo único do artigo sobre desapropriações, que diz: "Cujas inobservâncias permitirão a sua desapropriação, nos termos do artigo 218". Esse parágrafo único assegura que "a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". Com o resultado de ontem, a expressão foi eliminada, e a propriedade produtiva fica insuscetível de desapropriação, a menos que futuramente, mediante lei complementar, de iniciativa do Executivo, sejam restabelecidos os requisitos básicos para o cumprimento da função social das terras produtivas.

Segundo o relator Bernardo Cabral, que se pronunciou a favor da manutenção do parágrafo em sua íntegra, retirou a parte final — como ocorreu — "significava mutilar juridicamente o texto, o que envolverá a Assembléia Nacional Constituinte".

Com a votação de ontem, a Constituinte encerrou o capítulo III do Título VI, que trata da política agrária e inicia esta tarde o exame do capítulo IV, sobre o sistema financeiro.

## Fraude

O presidente Ulysses Guimarães teve que ouvir numerosas reclamações do plenário, depois que foi levantada suspeição quanto à autenticidade das assinaturas do requerimento para o destaque destinado à votação em separado. Entre outras críticas, o presidente da Constituinte ouviu do deputado Vilgildásio Senna a afirmação de que ele "estava convalidando o estelionato, diante de uma votação irregular".

O deputado Brandão Monteiro, do PDT, chegou a requerer de Ulysses abertura de dois inquéritos: um para apurar a fraude em assinaturas de convites para o ingresso de populares nas galerias, ocorrida na semana passada, e o outro para o exame das assinaturas do requerimento de ontem.

O líder do PMDB, Mário Covas, também durante essa parte, pronunciou emocionado discurso, afirmando que o PMDB manteria a palavra empenhada, votando o destaque.

O deputado Gerson Peres, do PDS do Pará, mesmo presente em plenário, recusou-se a votar. Peres foi o autor do parágrafo único do artigo 218, cuja parte final foi retirada.

Também o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) não votou, mesmo tendo aprovado o acordo. E o senador Afonso Camargo, do PTB do Paraná, preferiu retirar-se de plenário pouco antes da votação.

A sessão de ontem foi tranqüila nas suas duas primeiras horas, enquanto transcorriam as reuniões de entediamento, nos bastidores. Depois das 17h00 o plenário começou a encher e as galerias também. Quando o deputado Ulysses Guimarães assumiu a presidência da sessão e anunciou a votação, várias questões de ordem foram levantadas por José Genoíno (PT-SP), sobre a votação dos destaques anteriormente apresentados. "Os anteriores estão mortos", disse Ulysses. E o líder do PDT, Brandão Monteiro, queixou-se dos critérios para ingresso nas galerias, porque, segundo ele, apenas "um lado" estava sendo beneficiado.



Ronaldo Caiado vibra com o resultado: "Vamos escrever a futura política agrícola".



A Contag fez um corredor polonês para receber os deputados que chegavam.

## Um coro nas galerias: "Brasil, Brasil".

Assim que o placar eletrônico da Constituinte registrou a vitória da UDR e do Centrão, toda a tensão desapareceu. A galeria, repleta de membros da UDR que acompanhavam o presidente da entidade, Ronaldo Caiado, explodiu em delírio. Entre abraços e cumprimentos, Caiado, visivelmente emocionado, disse considerar o resultado uma das maiores vitórias conquistadas pelos produtores rurais.

"Vamos superar todas as dificuldades e nossa classe será unida", disse ele ao explicar que a UDR pretende participar da criação da futura política agrícola e das decisões do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Agricultura.

Ainda na galeria, muitos integrantes comemoravam a vitória, enquanto alguns constituintes do Centrão, como o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) pareciam não acreditar no resultado. Atônito diante do painel, ele limitou-se a dizer que "depois de tanto sacrifício esse resultado foi mais do que justo". Já o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) que, pouco antes, roía as unhas e esfregava as mãos no rosto, deu pulos de alegria, estendendo os braços e comemorando a vitória.

## Coros e euforia

As manifestações, porém, continuaram marcando o final da sessão. Enquanto alguns constituintes se retiravam do plenário, lá em cima, o grupo da UDR continuava a sua festa, na qual também estava incluída uma ligeira guerra de frases com um outro grupo, bem menor e abatido pela derrota, dos representantes da Contag e de outras entidades que lutam pela reforma agrária.

"Robertão, Robertão" — gritavam lá de cima, numa homenagem ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Depois,

insistentemente, começaram a aclamar o nome de cada um dos principais coordenadores do Centrão: Dasso Coimbra, Ricardo Fiúza, entre outros.

A comemoração foi uma réplica perfeita das manifestações de regozijo da esquerda. Nele, não faltou nem o Hino Nacional, parcialmente cantado pela UDR. Nem vivas à entidade, ao progresso, ao Brasil e até ao PDS. Antes de deixar o plenário, o líder da UDR, Ronaldo Caiado, ainda cantou, com seu grupo, a conhecida canção: "Está chegando a hora...".

Já eram 19h30 quando Caiado desceu a rampa do Congresso, inibido diante de um novo coro, desta vez para lançar o seu nome a presidente do Brasil. Questionado sobre essa possibilidade, ele frisou que já é presidente da UDR e que irá "continuar como tal".

Caiado também explicou que a vitória dos produtores não serviu apenas para mostrar que a união da classe resultou na chance de escrever o texto da Constituição referente à reforma agrária. "Mostramos

que também podemos escrever a futura política agrícola deste país. Vamos suprir a fome no Brasil e seremos competitivos, sem criar conflito nas áreas produtivas", ressaltou, acrescentando que a UDR deseja ser representada nas decisões do governo sobre política agrícola. "Formaremos um bloco monolítico que superará as dificuldades", lembrou.

Depois de novas entrevistas, Caiado conseguiu descer a rampa do Congresso e, já bastante suado, continuou recebendo felicitações. Depois dos novos cumprimentos, foram todos a uma churrascaria comemorar a vitória.

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

O deputado Roberto Cardoso Alves discordou de seu colega. Ele disse que, depois de confirmado ao respeito à propriedade produtiva, "o caso está encerrado, porque não há mais força nem incapacidade de qualquer governo que venha a alterar o que foi votado na Constituinte".

Enquanto alguns constituintes do Centrão e membros da UDR festejavam o resultado da votação, outros aproveitavam o momento para refletir. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, disse que "diante de um governo fraco e incompetente como o do presidente Sarney não será impossível que, mesmo consagrado no projeto constitucional a intocabilidade de terras produtivas, venham a acontecer desapropriações". Para Afif, o resultado foi uma vitória decisiva das forças moderadas e dos defensores da livre iniciativa, mas "convém ficar alerta", acrescentou em seguida, porque "por incompetência quase toda a área da cidade de Londrina, há poucos anos, foi desapropriada para execução da reforma agrária".

## Um corredor polonês diante dos deputados

Começou cedo ontem a batalha do convencimento das duas correntes lobistas da reforma agrária sobre os constituintes. Cáravanas de ônibus começaram a despejar desde o raiar do dia nas imediações do Congresso Nacional uma legião de lobistas, principalmente da União Democrática Ruralista (UDR), vindos de todas as partes do País. Apesar da grande desproporção entre os dois lados, cerca de 4 mil — segundo estimativa da UDR — bem-vestidos e bem-falantes fazendeiros e seus filhos apelidados de "agrobóys", contra apenas uns 200 trabalhadores rurais e representantes de entidades defensoras dos sem-terra, o objetivo era o mesmo: tentar até o último instante convencer os constituintes a votar por suas causas.

Pela manhã o corpo-a-corpo concentrou-se nos gabinetes dos parlamentares. No começo da tarde a movimentação dos lobistas da UDR dividiu-se: parte saiu para a rampa e portas de acesso ao Congresso e outra permaneceu em locais estratégicos, por onde teriam que passar obrigatoriamente os parlamentares, para uma última tentativa de convencimento.

Dentro do Congresso as cúpulas das duas correntes passaram a manhã fazendo cálculos e projeções para a votação da tarde, uma a lado da outra, mas em salas diferentes. Os dirigentes da UDR reuniram-se no centro de processamento de dados do "Centrão" e nos gabinetes do deputado Dasso Coimbra e do líder do PFL, José Lourenço, de onde comandavam seus filhos. O presidente da entidade, Ronaldo Caiado, chegou ao Congresso por volta das 10 horas, onde permaneceu trancado no gabinete de Dasso Coimbra até a hora da votação em plenário.

Os lobistas da UDR distribuíram nos gabinetes dos constituintes e pelos corredores do Congresso um panfleto creditado à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Intitulado "A reforma agrária e o futuro do País", a nota apelava aos constituintes a votar "não" à desapropriação das propriedades produtivas para fins de reforma agrária.

Já os representantes dos sem-terra usaram a imaginação. Logo no começo da tarde, cerca de 100 deles formaram duas grandes alas em forma de "corredor polonês" nas imediações da porta de acesso ao plenário, por onde tinham que passar os constituintes até o local de votação. Condição a corrente do parlamentar, ele era aplaudido — como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Quando passava alguém do Centrão o grupo parava de aplaudir, porém reforçando o refrão: "Reforma agrária tem, reforma agrária tem, se não tem reforma agrária o Brasil perde também", acrescentando o "hino do roceiro":

"Eu sou roceiro, vivo de cavalo e chão não escravizada, meu senhor". E gritavam: "Viva a reforma agrária".

Da mesma forma que a UDR, os sem-terra também distribuíram um folheto aos constituintes procurando explicar em detalhes a necessidade da reforma agrária: "Para distribuir os 280 milhões de hectares de terra não explorados dos latifúndios aos 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra", começava a nota.

## Galerias

Caiado e seu grupo chegaram às galerias às 16 horas, a essa altura já repletas de proprietários rurais e lobistas dos fazendeiros. Dos cerca de 200 representantes dos sem-terra que se encontravam no Congresso, no menos da metade conseguiu acesso à galeria. Os fiscais asseguravam que "desta vez não houve fraude" nas senhas — obrigatórias para acesso ao local —, mas, enquanto muitos lugares ficaram vazios, do lado de fora ficaram muitos sindicalistas, que não conseguiram obter a senha.

De olho fixo no placar eletrônico, Ronaldo Caiado aguardava tenso a votação de um dos capítulos mais polêmicos da nova Constituição. Ontem, não houve ofensas por parte de nenhuma das correntes representadas nas galerias, como aconteceu na semana passada. Com sorriso irônico, Caiado acompanhou a defesa do senador Mário Covas aos protestos de parlamentares do Centrão que juravam não ter assinado a emenda da liderança do PMDB, embora seus nomes constassem no papel. O líder da UDR roeu as unhas e balançou sem parar as pernas durante o discurso da deputada Sandra Cavalcanti, favorável à desapropriação, e viu bastante quando Aldo Arantes (PC do BGO) posicionou-se por engano, contra a desapropriação.

Antes da votação, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, afirmava que torceria pelo texto menos ruim para os trabalhadores que dizia ser o substitutivo de Bernardo Cabral, pois a vitória em sua opinião seria a aprovação da emenda popular dos trabalhadores, que obteve 1 milhão e 300 mil assinaturas, mas não foi aproveitada no projeto de Cabral, "que considero o mínimo aceitável". Meneguelli disse não concordar com o "buraco branco" (quando o tema fica fora da Constituição), pois a categoria não sairia ganhando com isso, mas ponderou que se fosse realmente implantado o Estatuto da Terra.

## Sarney gostou

O resultado de ontem agradou ao presidente Sarney, garantiram fontes do Palácio do Planalto. Segundo essas mesmas fontes, caso a Constituinte aprovasse a desapropriação da propriedade produtiva, o País passaria a viver um clima de insegurança na área rural. Para o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, no texto aprovado não há nenhum avanço se comparado à legislação que existe atualmente. Ele diz que a restrição à desapropriação em terras produtivas atrapalhará seus projetos de reforma agrária: "Para mim, propriedade rural é como gravidez: ou está produtiva ou não está".